fôrça de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 23 de Janeiro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Secundário

Decreto n.º 14:947

Sendo freqüentemente requeridas nas secretarias dos liceus certidões de exames com discriminação das classificações obtidas em cada uma das provas de que elles constam;

Convindo esclarecer as condições em que podem ser passados os referidos certificados;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro da Instrução Pública: Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º As certidões dos exames realizados nos liceus devem ordinariamente mencionar apenas a respectiva classificação final.

Art. 2.º Não é permitido às secretarias dos liceus passar certidões de exame, com discriminação das classificações de cada uma das provas que os constituem, sem prévia autorização do Govêrno mediante requerimento fundamentado do interessado.

§ único. Em cada uma das certidões passadas nos termos deste artigo deve ser colada e inutilizada uma estampilha de 10\$, de imposto do sêlo, de harmonia com o disposto no artigo 16.º do decreto n.º 13:056, de 20 de Janeiro de 1927.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Govêrno da República, 23 de Janeiro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Alfredo Mendes de Magalhães.

Direcção Geral do Ensino Superior

Decreto n.º 14:948

Atendendo ao disposto no decreto com fôrça de lei n.º 14:837, de 3 de Janeiro de 1928;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hei por bem aprovar e mandar pôr em execução o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto, que faz parte integrante deste decreto e vai assinado pelo Ministro da Instrução Pública.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Govêrno da República, 20 de Janeiro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Alfredo Mendes de Magalhães.

Regulamnto da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto.

TÍTULO I

Do plano geral dos estudos

Artigo 1.º O quadro geral das disciplinas cursadas na Faculdade de Medicina do Pôrto distribui-se pelas seguintes secções:

I) *Cadeira de Anatomia descritiva; cadeira de Anatomia topográfica; cadeira de Histologia e Embriologia; Medicina operatória* (disciplina anexa à cadeira de Anatomia topográfica).

II) *Cadeira de Fisiologia; cadeira de Química fisiológica; cadeira de Farmacologia; cadeira de Terapêutica geral e Hidrologia médica; Semiótica laboratorial* (disciplina anexa à cadeira de Química fisiológica): Radiologia e Fisioterapia (anexa à Farmacologia).

III) *Cadeira de Anatomia patológica; cadeira de Medicina legal; Patologia geral e História da Medicina* (disciplinas anexas à cadeira de Anatomia patológica); Deontologia profissional e toxicologia forense (disciplinas anexas à cadeira de Medicina legal).

IV) *Cadeira de Higiene e Epidemiologia; cadeira de Bacteriologia; Parasitologia* (disciplina anexa à cadeira de Bacteriologia); Curso especial de Higiene pública, anexo à cadeira de Higiene.

V) *Cadeira de Patologia médica; cadeira de Clínica médica; cadeira de Pediatria*; Disciplinas anexas ao grupo: Propedêutica médica, Clínica das moléstias infecciosas.

VI) *Cadeira de Patologia cirúrgica; cadeira de Clínica cirúrgica*; disciplinas anexas: Propedêutica cirúrgica, Ortopedia. Estomatologia.

VII) *Cadeira de Obstetria; cadeira de Ginecologia*; curso especial de partearias (bienal).

VIII) *Cadeira de Dermatologia e Sifilografia.*

IX) *Cadeira de Psiquiatria*; disciplina anexa: Neurologia.

X) Urologia.

XI) Oftalmologia.

XII) Oto-rino-laringologia.

§ 1.º O Conselho, logo que seja aprovado superiormente este regulamento, determinará qual seja a colocação actual de cada catedrático.

§ 2.º Quando o julgar necessário e conveniente, o Conselho da Faculdade poderá alterar a designação das disciplinas atribuídas aos professores catedráticos (cadeiras), isto é, mediante aprovação pelo Senado Universitário e pelo Govêrno, poderá criar, fundir, desdobrar ou suprimir cadeiras, desde que o número delas não seja superior ao que está determinado na legislação em vigor.

§ 3.º O Laboratório de Bacteriologia do Pôrto e o Laboratório de Higiene da mesma cidade são anexados pedagógicamente à Faculdade de Medicina, nas mesmas condições em que se encontra o Instituto de Medicina Legal.

Art. 2.º A distribuição obrigatória das diversas disciplinas, pelos seis anos do curso médico-cirúrgico, será a seguinte:

1.º ano. — Anatomia descritiva, Histologia e embriologia, Química fisiológica;

2.º ano. — Anatomia topográfica e complemento de Anatomia descritiva, Fisiologia, Patologia geral, História da medicina;

3.º ano. — Farmacologia, Anatomia patológica, Bacteriologia e Parasitologia, Propedêutica médica, Propedêutica cirúrgica e pequena cirurgia, Medicina operatória;

4.º ano. — Patologia médica, Patologia cirúrgica, Terapêutica geral e hidrologia médica, Radiologia e fisioterapia, Higiene;

5.º ano. — Clínica médica, Clínica cirúrgica, Medicina